

Editorial

Vanessa Campagnac

Editora da Revista Cadernos de Segurança Pública

É com muita satisfação que chegamos à 10ª edição da Revista Cadernos de Segurança Pública! Ao longo destes nove anos publicamos mais de 60 artigos, incluindo diversos matizes sobre esse campo tão controverso e propenso a debates: de análises de políticas públicas diversas do campo da segurança, com diferentes abordagens teóricas, até experiências empíricas aplicadas pelas forças policiais, além de resultados de pesquisas tanto qualitativas como quantitativas sobre o tema. Nos últimos anos inovamos e publicamos quatro edições temáticas: a primeira sobre o Sistema Integrado de Metas e Acompanhamento de Resultados do Rio de Janeiro – SIM, a segunda sobre estudos relacionados à dinâmica das letalidades violentas, a seguinte sobre Violência de Gênero e Políticas Públicas e esta em tela, sobre Drogas Ilícitas e Segurança Pública.

Esta edição temática sobre Drogas Ilícitas e Segurança Pública nos traz oito artigos, divididos em três blocos. O primeiro traz quatro contribuições relacionadas a discussões conceituais e simbólicas das políticas públicas de segurança no Brasil, incluindo uma que descreve, na prática, a construção coletiva de propostas para implementação de políticas públicas sobre drogas no estado do Rio de Janeiro; o segundo bloco traz dois artigos contendo análises estatísticas de dados relativos à temática; e o terceiro bloco, fechando a edição, apresenta dois artigos sobre diferentes desdobramentos das políticas públicas sobre drogas ilícitas no país.

Abrimos esta edição com o artigo de Emmanuel Rapizo, doutorando em Ciência Política, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Analista do Instituto de Segurança Pública. O texto apresenta a estrutura jurídica e organizacional da repressão ao tráfico de drogas no Brasil, enfatizando as dificuldades de coordenação das ações públicas relativas a esse tema por parte dos entes federativos. Uma das maiores contribuições deste trabalho é o esforço de mapeamento das políticas sobre a temática das drogas ao longo do tempo, e como tais políticas se encaixam dentro o sistema de justiça criminal brasileiro.

O segundo artigo aqui exposto traz uma experiência concreta de tentativa de produção de política pública acerca da temática das drogas, conforme narrada por Tatiana Lima de Souza Carlou dos Santos, capitã da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora do Grupo de Estudos (GE) referente às drogas no âmbito da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção – SSEVP, da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro – SESEG. Ao enfatizar a importância da multidisciplinaridade dos partícipes no âmbito do GE, na perspectiva da segurança cidadã, a autora apresenta a construção coletiva de propostas com o objetivo de subsidiar a construção de políticas públicas, bem como auxiliar no processo decisório dos gestores que lidam com a temática.

A discussão acerca da construção de algumas políticas sobre drogas ilícitas no Brasil é o tema do terceiro artigo. Elisângela Oliveira, Mestranda em Sociologia e Direito e Analista do Instituto de Segurança Pública, e esta editora, Doutora em Ciência Política e também Analista deste Instituto, apresentamos como as dimensões da repressão e da prevenção se refletem – e são refletidas – nas políticas públicas de segurança no Brasil ao longo dos anos, particularmente naquelas sobre drogas. Ainda, são apresentados alguns dos desdobramentos da priorização de ações de controle de substâncias ilícitas em detrimento à realização de iniciativas com foco na prevenção.

Ainda analisando políticas públicas de repressão às drogas, Emmanuel Rapizo nos apresenta mais um artigo, agora focando o esforço policial nas ações de posse ou uso de drogas. O autor traz a discussão sobre o modelo utilizado no país, caracterizado, por exemplo, pelo elevado empenho das forças policiais quando da abordagem a usuários ou possuidores de drogas ilícitas, dedicando recursos e tempo a atividades que estão majoritariamente relacionadas às esferas da saúde e da assistência social, conforme a legislação vigente da política nacional de drogas.

No quinto artigo desta edição, Marcello Provenza, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Simões e Jorge Luiz Goulart, ambos mestrandos em Ciências Computacionais, apresentam uma análise sobre as apreensões de drogas e armas e de ocorrências com flagrantes em Unidades de Polícia Pacificadora – UPP. Utilizando dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública, os autores utilizam uma técnica exploratória da estatística multivariada, a análise de correspondência, conseguindo, assim, identificar quais UPP do estado do Rio de Janeiro estão mais associadas às apreensões de drogas e de armas e a ocorrências com flagrantes.

O artigo seguinte também se utiliza de ferramentas estatísticas para analisar dados sobre drogas no Rio de Janeiro. Assim, Walkir Toscano de Brito, doutorando em Informática, Claudia Motta, professora do Programa de Pós-Graduação em Informática da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Zeca Borges, Coordenador e responsável pelo Disque Denúncia, nos apresentam uma análise semântica a partir da base de dados do Disque Denúncia. O texto traz a discussão sobre como novas tecnologias podem propiciar melhorias para a área de inteligência, especialmente no que se refere ao combate à criminalidade e ao crime organizado. Ademais, apresentam os resultados da análise das denúncias recebidas pelo Disque Denúncia com relação, principalmente, àquelas classificadas como apologia ao tráfico, consumo de drogas, tráfico de drogas e uso ilícito de armas.

No sétimo artigo desta edição apresentamos resultados de uma pesquisa realizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ). A ideia foi se debruçar sobre as justificativas contidas nas sentenças judiciais de varas especializadas na área criminal no julgamento de crimes relacionados ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana. Assim, Carolina Dzimidás Haber, Doutora e Mestre em Direito e Diretora de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça da DPRJ, e Natalia Cardoso Amorim Maciel, Bacharel em Direito e mestrandona em Sociologia e Antropologia, trazem suas contribuições identificando, inicialmente, o perfil das pessoas

condenadas pela Lei de Drogas no recorte territorial mencionado. Ainda, apontam a disparidade da compreensão dos juízes sobre quais seriam os critérios para diferenciar as condutas de tráfico e posse para uso pessoal.

E fechando esta edição, tratando da reverberação das políticas sobre drogas ilícitas no Brasil, temos o artigo de Jana Sampaio. Jornalista pela PUC-Rio, a autora traz em seu texto uma tentativa de compreensão sobre como os três telejornais de maior audiência no Brasil retratam a questão das drogas, e se a abordagem por eles adotada colabora para a qualificação do debate sobre o tema. Seu trabalho ajuda a revelar o estereótipo de que a guerra às drogas no telejornalismo é normalmente discutida de forma pontual, conservadora e com menor profundidade crítica, de maneira a não suscitar um debate que ultrapasse o clássico embate entre a polícia e o tráfico de drogas.

O objetivo de nossas edições é sempre colaborar para o debate público. Assim, esta compilação sobre a questão das drogas ilícitas no Brasil, sob a ótica da segurança pública, expressa, mais uma vez, o compromisso do Instituto de Segurança Pública em contribuir para a qualificação das discussões sobre o tema. Boa leitura e que venham mais dez edições!